



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO GDGSET.GP. Nº 578, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o constante no Processo TST nº 6003314/2022-00,

RESOLVE:

Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2021 a agosto de 2022, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Min. EMMANOEL PEREIRA

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2021 A AGOSTO/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55,
 inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS														
	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	MAI/2022	JUN/2022	JUL/2022	AGO/2022	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	70.207.099,01	69.664.402,99	69.664.298,64	131.510.735,35	91.670.374,91	67.179.135,71	70.534.523,53	69.950.420,04	70.360.699,15	73.725.232,34	72.000.712,58	70.136.194,01	926.603.828,26	1.910.462,51	928.514.290,77
Pessoal Ativo	45.102.247,07	45.107.567,63	44.901.455,41	94.234.085,10	55.003.360,06	41.722.338,12	45.749.309,25	45.234.772,69	45.524.892,06	48.851.047,94	47.201.578,00	45.000.678,06	603.633.331,39	925.850,70	604.559.182,09
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	37.593.832,38	37.594.899,12	37.381.296,46	79.285.973,68	47.458.621,34	34.207.721,77	38.247.760,71	37.733.053,29	38.002.246,40	41.317.033,69	39.804.000,29	37.517.621,29	506.144.060,42	782.826,08	506.926.886,50
Obrigações Patronais	7.508.414,69	7.512.668,51	7.520.158,95	14.948.111,42	7.544.738,72	7.514.616,35	7.501.548,54	7.501.719,40	7.522.645,66	7.534.014,25	7.397.577,71	7.483.056,77	97.489.270,97	143.024,62	97.632.295,59
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.104.851,94	24.556.835,36	24.762.843,23	37.276.650,25	36.667.014,85	25.456.797,59	24.785.214,28	24.715.647,35	24.835.807,09	24.874.184,40	24.799.134,58	25.135.515,95	322.970.496,87	984.611,81	323.955.108,68
Aposentadorias, Reserva e Reformas	21.413.159,17	20.944.551,37	21.133.179,14	31.683.708,56	31.331.133,32	21.431.142,85	21.065.015,52	21.018.186,41	21.045.095,69	21.134.263,87	21.123.447,10	21.400.172,48	274.723.055,48	449.579,69	275.172.635,17
Pensões	3.691.692,77	3.612.283,99	3.629.664,09	5.592.941,69	5.335.881,53	4.025.654,74	3.720.198,76	3.697.460,94	3.790.711,40	3.739.920,53	3.675.687,48	3.735.343,47	48.247.441,39	535.032,12	48.782.473,51
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	25.303.838,08	24.556.835,36	24.763.109,89	37.671.880,58	35.193.803,14	25.466.095,56	24.785.214,28	24.715.647,35	25.060.553,79	25.049.468,33	25.293.174,49	25.116.087,49	322.975.708,34	989.072,77	323.964.781,11
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	30.722,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.722,47	0,00	30.722,47
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	168.263,67	0,00	266,66	395.230,33	10.782,30	9.297,97	0,00	0,00	224.746,70	175.283,93	494.039,91	0,00	1.477.911,47	4.460,96	1.482.372,43
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	25.104.851,94	24.556.835,36	24.762.843,23	37.276.650,25	35.183.020,84	25.456.797,59	24.785.214,28	24.715.647,35	24.835.807,09	24.874.184,40	24.799.134,58	25.116.087,49	321.467.074,40	984.611,81	322.451.686,21
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	44.903.260,93	45.107.567,63	44.901.188,75	93.838.854,77	56.476.571,77	41.713.040,15	45.749.309,25	45.234.772,69	45.300.145,36	48.675.764,01	46.707.538,09	45.020.106,52	603.628.119,92	921.389,74	604.549.509,66

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	1.247.128.736.919,68	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	604.549.509,66	0,048475%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.266.831.077,37	0,181764%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.153.489.523,51	0,172676%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.040.147.969,64	0,163588%

FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT, 14/set/2022, às 13h35.

NOTAS: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) O Limite Máximo foi estipulado conforme Ato Conjunto TST.CSIT nº 30, de 26 de agosto de 2013.

Min. EMMANOEL PEREIRA
 Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
 Diretor-Geral da Secretaria

RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA
 Secretário de Auditoria

DIRLEY SÉRGIO DE MELO
 Secretário de Administração

